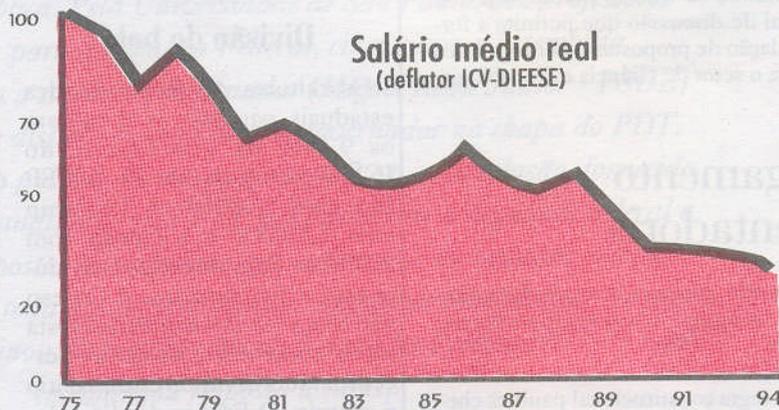


Falência do estado. Sucateamento da educação.

Pela primeira vez na história das universidades estaduais paulistas um abono não foi incorporado. Também pela primeira vez, desde 1991, docentes e funcionários ficam dois meses sem qualquer reajuste. Nunca, desde 1975, o poder aquisitivo esteve tão baixo (gráfico). Apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias exigir que as liberações de recursos às universidades sejam feitas mensalmente, respeitando no mínimo 9% do ICMS, o governo estadual não está fazendo os repasses. E, apesar disso, os reitores se calam. Ou pior: vão à imprensa e atacam as justas reivindicações dos trabalhadores e defendem ou justificam a posição do governo estadual.

A falência financeira do governo



tem sido denunciada com insistência pelas entidades representativas dos trabalhadores da USP, Unesp e Unicamp, principalmente porque ela está diretamente associada a uma convivência promíscua do executivo com a sonegação e a evasão fiscal con-

sentida. Depois de operada pelo governo, essa falência financeira é convertida em falência do sistema de educação, saúde, transporte, habitação etc., e a sonegação das contribuições sociais transformam-se em sonegação de cidadania.

A não realização dos repasses às universidades, como manda a lei, está criando uma grave dificuldade de caixa que os reitores, imobilizados frente ao governador, acabam transformando em redução do poder aquisitivo, que já atinge cerca de 27% desde julho passado. Além disso, temos congelamento e suspensão de gastos indispensáveis.

Como fizeram em todas as outras oportunidades, as entidades saberão reagir frente a essa situação inaceitável, na qual o projeto neoliberal da elite econômica brasileira é implantado por intermédio do arrocho de salários e sucateamento de patrimônios públicos da dimensão material e humana das universidades estaduais paulistas.

Entidades da USP promovem debate com os candidatos ao governo de SP

No próximo dia 13, os candidatos ao governo de São Paulo estarão debatendo o tema Educação no anfiteatro de Convenções, na Cidade Universitária. O encontro é promovido pela Associação dos Docentes da Usp (Adusp), Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp), Diretório Central dos Estudantes (DCE/USP), Coordenadoria de Comunicação Social da universidade (CCS) e Escola de Comunicações e Artes (ECA).

O debate será transmitido pela rádio USP e seu início está previsto para as 14h. O jornalista e professor da ECA, Jair Borin, vai mediar o encontro que já tem a presença confirmada de seis candidatos: José Dirceu (PT), Barros Munhoz (PMDB), Luis Antônio Meireiros (PP), Ciro Moura (PRN), Soares Dutra (Prona) e Eduardo

Resston (PSC). Francisco Rossi, PDT, não aceitou o convite e Mario Covas, PSDB, ainda não confirmou sua participação. As regras foram definidas em reunião na Adusp entre os assessores dos candidatos, representantes das entidades da USP e o mediador do encontro.

O debate foi dividido em cinco blocos e está previsto para terminar às 16h30. Cada uma das entidades promotoras poderá convidar 50 pessoas para assistir ao debate e cada uma das coligações partidárias outros dez convidados. Cerca de 300 pessoas, entre convidados e jornalistas, terão acesso ao anfiteatro de Convenções durante o debate.

"EDUCAÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRACIA"

debate com os candidatos ao Governo do Estado

13/09
14h

PROMOÇÃO
RADIO USP • ADUSP • DCE-USP • SINTUSP • ECA-USP

Inflação já atinge 11,87%

Apenas nos dois primeiros meses após a implantação do Plano FHC, que introduziu o Real, a inflação acumulada do IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor Real) atinge o patamar de 11,87% — 6,08% em julho e 5,46% em agosto. A exemplo de outros planos, os salários dos trabalhadores fora da data-base continuam congelados.

Enquanto isso, o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, leva horas explicando que, "tirando o aluguel; os tubérculos; as hortaliças e frutas; as tarifas de ônibus urbano; a virada dos preços para o real, incluindo o pãozinho francês; os serviços pessoais e a pressão dos alimentos fora do domicílio, a inflação foi de 2%". Ora...só falta ele dizer que, tirando a pobreza, os 35 milhões de miseráveis, os meninos de rua e os milhões de desempregados, o Brasil vai muito bem.

Fórum nacional de Ciência e Tecnologia

O Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia reuniu-se nos dias 18 e 19 de agosto em Brasília, quando estiveram presentes os representantes de cinco Associações Docentes. A Adusp foi representada por Primavera Borelli, 2ª tesoureira da entidade e membro do Grupo de Trabalho (GT) de C&T. No encontro discutiu-se os encaminhamentos propostos no último Conad para o GT, tendo destaque a implantação do Fórum Nacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Este Fórum foi formado na Reunião Anual da SBPC, realizada em Vitória (ES), no mês de julho, e dele fazem parte a Andes, a SBPC, a ANP (Associação Nacional

dos Pós-Graduandos) a Andifes (Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e a UNE - União Nacional dos Estudantes.

No encontro estabeleceu-se um cronograma para a instalação do Fórum, com reuniões organizativas em setembro das entidades signatárias. Nesse mesmo período, serão encaminhados convites a diversas entidades civis para que passem a integrar o Fórum, cuja instalação oficial está prevista para o mês de novembro. Pretende-se que o Fórum seja um local de discussão que permita a formulação de propostas de uma política para o setor de Ciência e Tecnologia.

Ainda sem julgamento ação de aposentadoria

Permanece sem julgamento a ação direta de inconstitucionalidade promovida pelo governador do estado de São Paulo contra a vigência do Parágrafo 6º do art. 126 da Constituição Estadual Paulista, dispositivo que permite a contagem do tempo de serviço proporcional ao regime de aposentadoria em que foi prestado.

Segundo o assessor jurídico da Adusp, Eduardo Ramires, este mecanismo permitia tanto aos docentes, que anteriormente trabalharam em regimes também especiais, contar o referido tempo sem prejuízos em relação ao regime de aposentadoria especial de professor, como aos que trabalharam anteriormente no regime comum contar cada período proporcionalmente ao regime em que foi

prestado, garantindo a vantagem relativa ao tempo de exercício no magistério.

A regra constitucional paulista chegou a beneficiar docentes da USP que aposentaram contando tempo da maneira descrita. Posteriormente, no entanto, teve a vigência provisoriamente suspensa pelo Supremo Tribunal Federal ao deferir o pedido cautelar formulado pelo governo do Estado.

Segundo Eduardo Ramires, como a suspensão da vigência daquele dispositivo constitucional não é definitiva, podendo vir a ser reconhecida a constitucionalidade da regra no julgamento final da ação, surge o problema de como ficam os direitos daqueles que nesse período adquiriram o direito à aposentadoria por aquela contagem, caso no futuro a modalidade seja admitida como de direito.

O principal problema para garantir o direito daquele que soma o tempo contando-o proporcionalmente ao regime de aposentadoria em que o trabalho foi realizado e se vê impedido da aposentadoria por força da suspensão da vigência da regra é o fato de que nessa modalidade a aposentadoria é voluntária. Portanto, não pode ser presumida a intenção do servidor de aposentar-se, exceto se manifestada por escrito.

De acordo com o parecer do assessor jurídico da Adusp, aqueles que pretendem reclamar alguma indenização pelo fato de terem sido impedidos de se aposentar contando o tempo de serviço conforme a regra, deverão, necessariamente, requerer a aposentadoria formalmente e por escrito, com base no Parágrafo 6º do art. 126 da CE. Essa pretensão será indeferida, fazendo-se, dessa forma, prova para uma futura ação indenizatória, caso a contagem seja considerada constitucional.

Dois Pontos

Visita à Adusp

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, deputado Rui Falcão, visitou a Adusp, dia 11 de agosto, e reuniu-se com o presidente da entidade, Otaviano Helene, e os diretores Décio Crisol Donha e Lígia Marcondes Machado. Rui Falcão aproveitou a oportunidade para entregar aos diretores da Adusp documento com as bases do programa de governo do Partido dos Trabalhadores.

Divisão do bolo

Os reitores das universidades estaduais paulistas já dividiram os 9,57% da quota-parte do ICMS para o ano de 95. A USP fica com 5,0295%, a Unicamp com 2,1958% e a Unesp com 2,3447%. Para negociar com docentes e funcionários, o Cruesp não tem a mesma agilidade. Resta saber como esse aumento percentual será dividido entre salário e custeio. O Fórum das Seis defende que o aumento da dotação seja integralmente transferido para salários, uma vez que despesas de custeio (telefone, água, eletricidade, fornecedores etc.) não aumentarão em função da nova dotação orçamentária.

União gasta pouco com servidores

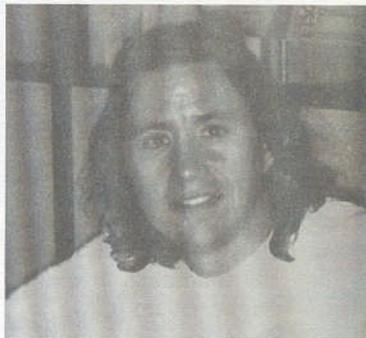
O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que o governo federal vem gastando pouco com os servidores públicos. De acordo com o TCU "as despesas com pessoal e encargos, conseqüentemente citadas como as mais volumosas dentre os gastos sociais, na verdade não alcançaram, em 1993, um terço do constitucionalmente permitido, que é 65%". Américo Kerr, então vice-presidente da Andes, em artigo publicado pela Folha de S. Paulo, em 29 de julho, fazia essa mesma afirmação. Além de mostrar que os servidores públicos são sempre os vilões, Américo dizia que é preciso dar um basta a esta recorrente "malhação do Judas".

O PAE é uma mãe para o reitor da USP

Para resolver o déficit de docentes na USP, o reitor Flávio Fava de Moraes instituiu um programa de aperfeiçoamento de en-

sino. Com este programa se propõe a contratar 756 estudantes de doutorado para dar aulas de graduação. A US\$ 180 mensais por doze horas de trabalho semanais, o programa é barato: não paga férias, 13º salário ou qualquer outro direito trabalhista. E livra o reitor de substituir docentes que se aposentam, se demitem ou são demitidos. Administração moderna é assim. Viva a produtividade.

Nova diretoria da Adunesp



Tomou posse, dia 25 de agosto, a nova diretoria da Associação dos Docentes da Unesp. Emanuel Rocha Woiski (Ilha Solteira) é o presidente; Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (Assis) vice-presidente; Ernesto Gradella Júnior (Bauru) secretário; Vera Lúcia Simões Silva (Rio Claro) vice-secretária e Antonio Luiz de Andrade (Presidente Prudente) tesoureiro.

Pequenas autoridades

A prefeitura da Cidade Universitária recusou-se a receber o ofício encaminhado pela 1ª secretária da Adusp. Enviado três vezes consecutivas, o ofício foi recusado porque, na palavra da pessoa encarregada de receber a correspondência, a 1ª secretária e cidadã deste país, não é reconhecida como porta-voz do sindicato.

Falta selo

Apesar de ainda permanecer aberta, a agência do correio instalada na Cidade e Universitária não faz envio Sedex, correspondência registrada etc. Para complicar ainda mais, começou a faltar selo. Isso é conseqüência do corte de verbas na USP, já que a agência é operacionalizada pela universidade.

Adusp

Diretoria:

Otaviano Helene, Zilda Iokoi, Francisco Miraglia, Lígia C.M. Machado, Luiz Carlos de Sá Rocha, Décio Crisol Donha, Primavera Borelli, Benedito Honório Machado, Marcos Nereu Arenales, José Nivaldo Garcia, Evaldo L. Titto.

Editor:

Marcos Luiz Crippa vd

Projeto gráfico:

Argeu Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora

Revisão:

Raquel de La Corte

Secretaria:

Rogério Yamamoto

Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves

Walter dos Anjos

Tiragem: 7.500 exemplares.

Periodicidade: mensal.

Filmes: Paper Express.

Impressão:

Central Gráfica

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374-Cid. Universitária - São Paulo - SP - CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573 / FAX: (011) 814-9321.

Conheça os candidatos da USP.

Saiba o que eles pensam sobre a educação.

No dia 3 de outubro o Brasil realiza a mais importante eleição da sua história. De uma só vez os eleitores brasileiros escolherão todos os governadores de Estado, dois terços do Senado, 513 deputados federais, a totalidade das Assembléias Legislativas e votarão, em primeiro turno, no presidente da República. Pela Universidade de São Paulo, dez professores disputam vagas para a Câmara Federal, cinco para a Assembléia Legislativa, um para a suplência de Senador (Miguel Reale Júnior - PSDB) e Antonio Junqueira disputa o cargo de vice-governador na chapa do PDT. O Informativo Adusp publica — nas páginas 4, 5 e 6 — a relação, fornecida pelos partidos, dos candidatos pela USP que concorrem a deputado federal e estadual e suas respostas às perguntas que a diretoria da entidade entende sejam de interesse de toda a categoria docente. Apesar de convidados, Wagner Rossi (PMDB) declinou do convite e Marly Terezinha Pereira (PSDB) não encaminhou resposta à Adusp.



Roberto Yanaguita

Edison L. Durigon

Aos jovens professores da USP

A Universidade de São Paulo sofreu muitas transformações entre as décadas de 60 e 90, tanto no setor material quanto no setor humano. A década de 70 foi espelhada por uma fase áurea, implantada com o fim dos Catedráticos e dando início à formação de Mestres e Doutores com os cursos de Pós-Graduação estabelecidos pela reforma universitária. Havia fartura de material para execução das pesquisas e o nível salarial, apesar de não acompanhar a iniciativa privada, não gerava um descontentamento generalizado.

Entrando na década de 80, começamos a presenciar um degolamento das conquistas anteriores. Materiais para pesquisas tornavam-se cada vez mais escassos, somente conseguidos através de intermediação de recursos extra universidade. Os salários foram arrojando mês a mês, gerando reclamações generalizadas. As Assembléias convocadas estavam sempre repletas com discussões eficazes para o delineamento das metas de atuação.

Adentramos na década de 90 sem equacionarmos os problemas anteriores. Aqui, as convocações para as Assembléias nem sempre foram atendidas. A presença, quase sempre, era dos mesmos professores que compareciam em todas as ocasiões, mesclada por algumas dezenas de colegas mais jovens. É neste ponto que gostaríamos de enfatizar a presença dos jovens é imprescindível, pois é neles que se apoia a Universidade.

É necessário alertar aos colegas jovens que a Universidade não é apenas um campo de competição individual e que o aprimoramento e a maturidade se fazem através da integração à comunidade a que se pertence.

O enclausuramento de jovens professores dentro de suas unidades com certeza acarretará em efeitos negativos no futuro desta Universidade e, neste sentido, fazemos um apelo aos colegas jovens para que atendam à necessidade de participar, discutir e encaminhar propostas que viabilizem o engrandecimento da nossa Universidade em todos os setores.

Roberto Mítio Yanaguita é professor associado do ICB e **Edison Luiz Durigon** é professor doutor do ICB.

FEDERAIS

*Qual sua opinião sobre as políticas educacionais e de desenvolvimento científico e tecnológico vigentes no país?
Qual o papel do deputado federal nestas questões?*

Flávio Aguiar-PT FFLCH

A educação brasileira se encontra em profunda desorganização. As responsabilidades por este estado são claras. Durante décadas, o MEC foi considerado feudo do PFL. As oligarquias estaduais favorecidas pela ditadura relegaram a educação ao descaso. As experiências neoliberais do governo Collor deram em desastre. Quanto ao sistema de C&T, a situação é também de desorganização. Portanto, as responsabilidades de um parlamentar federal são imensas e imediatas: desengavetar o projeto de LDB; traçar uma legislação que considere o ensino privado como concessão de serviço público; recuperar o conceito de que o processo educacional deve se organizar num sistema integrado como parte das políticas permanentes do país; valorizar os trabalhadores da educação e os educandos em todos os níveis, dentre outras ações.

Eva Blay-PSDB FFLCH

Vejo a Educação como um desafio prioritário, começando pela recuperação da qualidade de escola pública e gratuita. Isso requer pelo menos três medidas: 1) votar no Senado e implantar a Lei de Diretrizes e Bases; 2) descentralizar a estrutura administrativa do ensino e; 3) garantir o acesso à educação e à manutenção do estudante na escola. O Brasil tem uma infra-estrutura de C&T (universidades, faculdades, institutos de pesquisas, etc.) e a revitalização desses setores se deve dar através de uma definição alcançada entre o diálogo do Estado com a comunidade tecno-científica, organizações da sociedade e entidades representativas dos setores produtivos. Elevar a produtividade do sistema implica em garantir o seu caráter público não permitindo nem o corporativismo nem o uso privativo dos recursos.

Jairo Mattos-PL Esalq

A meu ver não é a desejável. Há necessidade de uma revisão político-administrativa nas universidades para aumentar a produtividade e participar mais na solução dos problemas do Estado. Instituir a obrigatoriedade da universidade cumprir um programa mínimo na docência, pesquisa e extensão, pelo menos muito superior ao da média atual. Promoção dos docentes e auxiliares por produtividade e antiguidade, oferecendo-lhes meios para melhor capacitação.

Silvio Minciotti-PSDB FEA

Políticas educacionais e, paralelamente, desenvolvimento científico e tecnológico vinculam-se, necessariamente, à projeção que fizermos de nossa estrutura cultural futura. Desejo-a compatível com valores universais que impeçam nossa "domesticação" induzida pela "fossilização", decorrente da aceitação passiva de quaisquer valores. Esse objetivo exige excluir, desde logo, estruturas de relacionamento entre política e educação comprovadamente ineficiente (desde o "mecenato liberal" até a "democracia participativa" filtrada pelos interesses político-partidários). Como deputado federal empreenderei ação político-institucional com o objetivo de instrumentalizar a ação do Estado, através de legislação conseqüente e ação fiscalizadora, para o desempenho de suas funções normatizadoras e de controle.

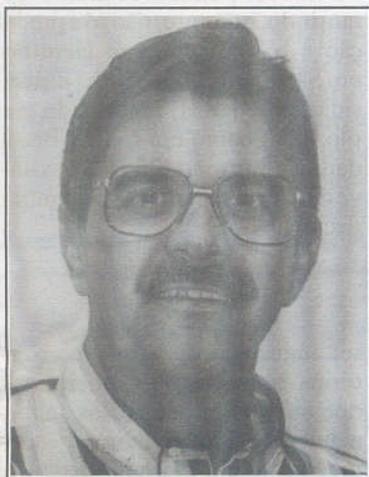
FEDERAIS

**Roberto Macedo-PSDB
FEA**



A grande falha da política educacional é o descaso com o ensino público de I e II Graus. A de desenvolvimento peca pela falta de diretrizes claras e de prioridades bem definidas. Já a tecnológica é pouco voltada para o bem-estar da população e para a competitividade da economia. A falta de recursos é um traço comum. Um deputado federal deve lutar pela correção desses problemas. Vinculado à USP, quero também defender seus interesses e acompanhar o que ela vem recebendo de recursos do governo federal, em particular do CNPq, da CAPES, da FINEP, das empresas estatais e de organismos internacionais e de governos estrangeiros, quando carreados via convênios ou contratos, inclusive de empréstimos, que passam por Brasília.

**Regis F. Oliveira-PMDB
São Francisco**



Impossível dar resposta a esta questão em tão curto espaço. Não há política educacional. Há falência do ensino. O desenvolvimento científico não é programado. É fruto do gênio de alguns. A solução é o fornecimento de alimentação na escola, no I Grau, e a prática de esportes. No II Grau, procurar formar e não apenas informar. Na faculdade, limitar a setenta o número de alunos por classe, dar trabalhos, tornar a presença facultativa e apenas formar-se na Faculdade com apresentação de tese escrita de no mínimo 50 folhas. O papel do deputado federal é o de legislar a respeito (ter iniciativa para tanto), buscando melhoria do ensino e soluções adequadas à realidade brasileira, com alteração do currículo, além de discutir com a sociedade o problema.

**Delfim Netto-PPR
FEA**



Nas sociedades democráticas a política educacional deve ser o principal instrumento para equalização das oportunidades entre os membros da sociedade, começando pelo ensino primário. O financiamento da educação deve ser propiciado pelos impostos gerais. A descentralização de sua administração deve proporcionar maior eficácia dos recursos utilizados. O desenvolvimento científico e tecnológico, numa economia globalizada, além de procurar a adequação às especialidades locais, deve respeitar a propriedade intelectual. A ação legislativa deve fortalecer as instituições com estas orientações, favorecendo a mobilização dos fatores determinantes do desenvolvimento.

**José A. Pinotti-PMDB
Medicina**

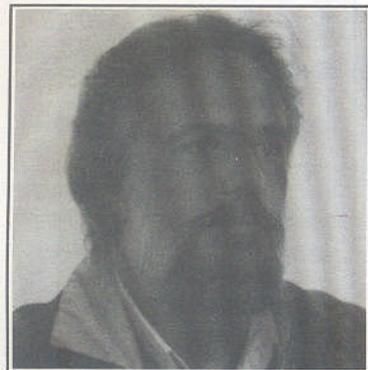


A educação brasileira é arcaica e elitista. Promove a repetência, evasão escolar, conseqüências maiores do analfabetismo e da criança de rua. Minha proposta é romper com esta situação dando um pouco mais de escola para quem tem menos em casa, para que todos tenham a mesma oportunidade. Deve-se acabar com a tercerização do vestibular e levar prioritariamente em consideração a vocação, performance escolar, inteligência e criatividade. Quanto a C&T, é preciso, sem prejuízo da liberdade de pesquisa, direcioná-la prioritariamente para os problemas de interesse nacional. É preciso ter sempre presente que a matéria-prima fundamental para C&T é o intelecto e a criatividade dos pesquisadores, que precisam ser valorizados e emergir de um processo educacional moderno e democrático.

ESTADUAIS

Em 1995, a Assembléia Legislativa estará votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 96. As entidades representativas dos docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp defendem aumento da dotação de 9,57% para 11% do ICMS.

Uma vez eleito, o senhor (a) pretende votar a favor ou contra? Por quê?



Carlos Baldijão
PT
Biomédicas

Eleito votarei a favor dos 11% do ICMS, porque a situação financeira das universidades é crítica, no que concordam tanto as reitorias quanto as associações docentes. Por outro lado, o próprio governo reconhece que a sonegação é da ordem de 50%. O combate à sonegação pode mudar esse quadro e, neste caso, com os 11% é possível expandir de modo res-

ponsável as vagas no ensino superior público que, no estado de São Paulo, representam apenas 13% do total. Vale lembrar que a LDO já aprovada impõe a aplicação de 34% do ICMS para o I e II Graus. Assim, a aplicação dos 11% para o ensino superior não se dará às custas dos outros graus de ensino, conforme falsamente se tem alegado.



Cida Santilli
PSDB
FFLCH

As três universidades paulistas, USP, Unicamp e Unesp são responsáveis por praticamente metade de toda a pesquisa científica realizada no Brasil, bem como por grande parte das atividades de formação de cientistas do país. Defendendo a dotação de 11% do ICMS de São Paulo para as uni-

versidades públicas estaremos garantindo, portanto, não só a produção e o conhecimento científico em São Paulo, onde não há universidades federais, no sentido amplo, bem como em todo o Brasil, dada a representatividade das universidades estaduais no âmbito nacional.



Nabil Bonduki
PT
Eng. São Carlos

Votarei a favor porque é necessário ampliar os recursos para o ensino público e melhorar os níveis salariais dos docentes e funcionários da universidade, hoje aviltantes. Defendo, entretanto, a criação de novas linhas de trabalho que ampliem a contribuição da universidade nas políticas sociais desenvolvidas pelo poder público. Além disso, acredito

ser indispensável estabelecer critérios rigorosos de avaliação de docentes e funcionários, eliminando-se o corporativismo, o empreguismo e a irracionalidade que ainda persistem, e que consomem recursos escassos e importantes para uma população pobre e carente dos direitos sociais fundamentais.



Tibor Rabockai
PV
Química

Eleito, votarei a favor de uma dotação orçamentária de 11% do ICMS. Não bastam discursos sobre a prioridade da educação. É preciso lutar por medidas concretas, para aumentar a sua participação no total das receitas e zelar pela correta utilização. Além do ensino superior, temos que zelar também pelo primeiro

e segundo graus, pois o Estado tem a responsabilidade na melhoria das condições de ensino em todos os níveis, o que requer pagamento condigno aos professores, técnicos e funcionários. O ensino público universal e gratuito é indispensável alicerce da democracia nos países do chamado terceiro mundo.



José O. Menten
PSDB
Esalq

Um dos meus principais compromissos é o de ser um defensor do ensino público de qualidade. Desta forma, além de pretender votar favoravelmente ao aumento da dotação de 9,57% para 11% da quota-parte do Estado para as universidades públicas, também defenderei a aprovação de 30% do ICMS para o ensino de I e II Graus. A recuperação da escola pública deve priorizar a melhoria

do ensino de I e II Graus, proporcionando maiores possibilidades de acesso de estudantes procedentes destas escolas nas universidades públicas, que ainda são as melhores no Estado e no país. As prioridades da administração pública ficam caracterizadas quando se fixa o orçamento e cabe ao deputado determinar, através de emendas ou do voto, o percentual do orçamento que cabe à educação.

Adusp participa de debates sobre educação e saúde

Diretores da Adusp participaram, em agosto, do debate Educação Pública na França, Argentina e Brasil. Estavam presentes Gerard Goujon, George Altamira e Omualdo Oliveira. O debate foi organizado pelo professor Osvaldo Coggiola e foi realizado no auditório da Geografia. No dia 24, a Adusp participou do seminário Educação e Educação Popular, realizado no auditório das Obras Sociais Dom Bosco, em Itaquera. Cerca de 200 pessoas, entre professores, estudantes e militantes da área de educação compareceram ao evento.

Ainda em agosto, dia 25, o presidente da Adusp, Otaviano Helele, participou do Seminário RDIDP, promovido pela Adunesp, e, no dia 31, o vice-presidente da entidade, Francisco Miraglia, participou do Ciclo de Conferências da Escola de Sociologia



Mesa do debate na Faculdade de Medicina.

e Política que está debatendo "Propostas para a universidade brasileira". No dia 1º de setembro a Adusp promoveu o debate FMUSP 1994-1998. O encontro, organizado pela professora Marci-

lia Medrado, contou com a participação dos professores Maurício da Rocha e Silva, Marcelo Marcondes e Erasmo Tolosa. A coordenação da mesa esteve a cargo do presidente da Adusp.

Barbárie. Uma vergonha para o Brasil.

*Capitalismo brasileiro inclui ser humano.
Os pobres brasileiros também vão, inteiros ou em partes,
para o primeiro mundo.*

Depois de vinte anos de ditadura militar, cinco de nova república (Sarney) e quatro de Collor/Itamar, o Brasil atingiu um padrão social lamentável. A pior distribuição de renda do mundo; o pior desempenho escolar quando tomado como referência as possibilidades econômicas e um dos três países a apresentar maior evasão escolar no I Grau. Miséria, fome e manipulação da opinião pública.

Nesse quadro social deplorável, não podia deixar de incluir a comercialização humana. A imprensa Italiana (Corriere Della Sera, 10 e 11 de agosto de 94) apresentou matéria sobre as recentes denúncias de seqüestros de crianças para roubo de rim, a adoção de crianças defeituosas por pessoas de países ricos para

possíveis roubos de órgãos e o tráfico clandestino de órgãos, sangue, células e embriões. A matéria cita, ainda, o comércio de órgãos genitais masculinos que são vendidos para "ritos satânicos".

Citando o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o professor Valnei Garrafa, da UnB, o jornal italiano afirma que existem diversas organizações especializadas nessa área e que nada disso é novidade. Segundo o Corriere Della Sera, o preço de mercado de uma criança é de US\$ 8 mil. O jornal conta que o lucro fica com o intermediário e que cerca de três mil crianças são enviadas ilegalmente ao primeiro mundo.

Será que Idi Amim Dadá faria pior?

CUT questiona Ministério do Trabalho

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai questionar na Justiça a Portaria 989 do ministro do Trabalho, Marcelo Pimenta, que cria condições de atendimento a reclamações trabalhistas nas DRTs e postos do Ministério. A DRT, segundo a portaria, poderá ignorar denúncias "quando verificar que seu conteúdo é meramente político".

Para a CUT, é mais uma tentativa do ministro de isolar as centrais sindicais. Antes, o ministro havia baixado instrução normativa obrigando os novos sindicatos a se registrarem no Ministério e dando às confederações o poder de impugnar o pedido de registro. Sete confederações manifestaram apoio à instrução referente ao registro, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, filiada à Força Sindical. (Em Dia-InfoRANDES).

Marcia R. Car

Campanha Nacional em defesa do SUS

Considerada no âmbito das políticas sociais, a de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) é uma conquista da sociedade, integrada na Constituição de 1988. Desde então, o movimento social organizado vem lutando pela real implantação do SUS (Sistema Único de Saúde).

Além das dificuldades políticas que vem sendo enfrentadas para efetivar essa implementação, contamos com o crescente corte de verbas, o sucateamento dos serviços públicos de assistência à saúde e a piora da qualidade de vida da população brasileira.

Diante desta situação é necessário que se defenda o SUS aprovado na constituinte de 88, diferenciando-o deste sistema caótico que diariamente a mídia tem mostrado. Assim, a Campanha Nacional em Defesa do SUS - Saúde: direito de todos e dever do Estado, se caracteriza num movimento de conscientização da população em geral, buscando mecanismos de resposta, de controle social às questões decorrentes da não observância deste direito.

Eixos da campanha: democracia, educação e cidadania; financiamento e funcionamento do sistema de saúde; denúncia das fraudes da ação privada no serviço público e o exercício do controle social.

A campanha terá caráter nacional com operacionalização estadual e principalmente municipal, envolvendo a integração das Associações Docentes com as entidades representativas do movimento social organizado.

Para participar desta luta, que é de todos os cidadãos, integre-se no Grupo de Trabalho de Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social) da Adusp.

Marcia Regina Car é professora da Escola de Enfermagem da USP e membro do GT Seguridade Social

CPA altera relatório de avaliação em nome da Comissão Externa

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) tem encaminhado ofícios aos diretores de Institutos e chefes de departamentos afirmando que os relatórios de avaliações correspondem ao texto final elaborado pelos avaliadores externos (CAD), quando, na verdade, trechos dos relatórios são suprimidos ou substituídos. Essa prática somente pôde ser comprovada porque os avaliadores externos— Barbara Freitag Rouanet, Juan Carlos Torre e Silke Weber— deixaram uma cópia do relatório por eles elaborados quando da avaliação do Departamento de Sociologia da FFLCH.

Quando a CPA enviou ofício ao Departamento de Sociologia com o resultado da avaliação, o texto da folha de rosto (introdução) dizia: "Estamos enviando anexo o relatório final da CAD (grifo nosso) referente à avaliação do Departamento pertencente à unidade que V.Sa. dirige. Este relatório foi apreciado e aprovado pela Comissão Permanente de Avaliação". Portanto, afirma o ofício, trata-se de "relatório final da CAD".

Ao cruzar os dois relatórios, a chefe do Departamento de Sociologia, professora Maria Helena Oliva Augusto, pôde comprovar que, além das incoerências já apontadas por outros chefes de departamentos da USP no processo de avaliação, havia mudanças nos textos e nas notas emitidas pela Comissão Externa sem que este fato fosse alertado.

Alterações - No item 31 do relatório, referente ao desempenho nas atividades de pesquisa, a CAD atribuiu ao Departamento de Sociologia a nota 4 (muito bom), que indica: "parte majoritária da produção científica preenche uma ou mais das alternativas a- e acima mencionadas (...)". Essa nota é justificada do seguinte modo: "Por se colocar na perspectiva de departamentos congêneres de bom nível de países avançados, a CAD atribuiu ao Departamento de Sociologia o conceito 4. A principal justificativa para este posicionamento está no fato de que são aqueles centros acadêmicos que continuam a formular agendas temáticas e critérios de competência utilizados como referência no mundo ocidental (...)".

Estamos enviando anexo o relatório final da CAD, referente à avaliação do Departamento de Sociologia, pertencente à Unidade que V.Sa. dirige, com os respectivos conceitos. Este relatório foi apreciado e aprovado pela Comissão Permanente de Avaliação - CPA, na reunião de 16 de novembro de 1993.

Ofício padrão da CPA informando que o relatório final é da Comissão Externa...

nota 4 (muito bom), que indica: " parte majoritária da produção científica preenche uma ou mais das alternativas a- e acima mencionadas(...)". Essa nota é justificada do

Texto original da Comissão Externa para do Departamento de Sociologia...

(Bom), que indica : " parte menor da produção científica e de alta qualidade, segundo os parâmetros acima definidos. No entanto, observa-se no conjunto um esforço no sentido de melhorar a produção científica.", omitindo o caput da

Alteração feita pela CPA no relatório que é atribuído à Comissão Externa.

Completamente alterado, mas ainda assim atribuído à CAD, conforme ofício enviado ao Departamento de Sociologia, o relatório oficial —CPA— apresenta para a mesma avaliação (pesquisa), o seguinte texto: Nota 3 (bom), que indica "parte menor da produção científica é de alta qualidade, segundo os parâmetros acima definidos. No entanto, observa-se no conjunto um esforço no sentido de melhorar a produção científica". Dessa forma, como pôde ser comprovado, parte majoritária transforma-se em parte menor sem qualquer justificativa. É mais, atribuindo-se o texto final à Comissão Externa.

No item 32, referente às atividades de ensino, a CAD atribuiu ao Departamento de Sociologia a nota 5 (ótimo) que indica: "estudantes saem com boa formação e os docentes além de muito competentes em suas áreas de conhecimento, estão continuamente empenhados em discutir e melhorar o ensino (...)". Este trecho do relatório foi substituído na CPA para: "Nota 3 (bom), que indica: o corpo docente é apenas satisfatório, mesmo que haja dedicação ao ensino". Para a professora Maria Helena, é interessante observar que, com relação a esse conceito, foi mantida, no relatório oficial, a justificativa que a CAD apresentou para o conceito ótimo (5), ou seja: "em matéria de ensino o departamento sem nenhuma dúvida fornece a melhor oferta no campo da Sociologia no Brasil".

Incoerências - No Departamen-

to de História, que não teve acesso ao documento elaborado pela CAD, há nítida incoerência entre as formulações que expressam seu julgamento e as notas que, teoricamente, o traduziriam, diz a chefe daquele departamento, professora Raquel Glezer. O relatório da Comissão Externa, formada pelos professores Braz Augusto A. Brancato, Francisco José Calazans Falcon e Leslie Bethell e estruturado em nove itens, apresenta os seguintes resultados:

a) Em termos de qualidade e quantidade da produção científica (e dos livros) e periódicos que veiculam, o departamento se destaca como muito bom, estando abaixo dos melhores internacionais mas bem acima da média brasileira.

b) Apesar de todas as dificuldades estruturais e conjunturais, a começar pela interrupção temporária da Revista de História, a Comissão constatou um sensível aumento da produção científica no período, existindo, hoje, algumas centenas de trabalhos em andamento.

c) O desempenho do departamento, do ponto de vista de disseminação de conhecimento junto à comunidade é muito destacado, beirando o excesso, tendo-se em vista a dimensão do corpo docente e o volume da demanda.

d) Os pontos mais fortes são a qualificação e atuação do corpo docente, sobretudo sua produção científica e o trabalho de orienta-

ção e ensino.

Estranhamente, segundo a professora Raquel Glezer, tais afirmações foram transformadas nos conceitos: quanto à pesquisa "(3) - Bom. Parte menor da produção científica é de alta qualidade segundo os parâmetros acima definidos"; quanto ao ensino "(3) - Bom. O nível do corpo docente é apenas satisfatório, mesmo que haja dedicação ao ensino" e, quanto aos serviços "(C). O departamento apenas marginalmente opera neste setor, mas o faz com competência".

Inconformadas com as alterações e com as incoerências contidas nos relatórios, as professoras Maria Helena Oliva Augusto e Raquel Glezer encaminharam, em março, recurso à Reitoria da USP por considerarem as mudanças exorbitância da Comissão Permanente de Avaliação. O recurso, assinado em conjunto, foi aprovado pela CTA e pela Congregação da FFLCH, mas até o final de agosto não havia sido respondido pela Reitoria.

Maria Helena e Raquel Glezer não se colocam contra a avaliação na universidade. Defendem, porém, que a Comissão Externa seja respeitada, assim como as peculiaridades de cada departamento. Para elas, é impossível avaliar as áreas de Exatas, Biológicas e Humanas segundo o mesmo padrão. "Cada uma delas tem a sua particularidade, que só é identificada por quem é da área", afirma Maria Helena.

Nota

Diante da gravidade das constatações divulgadas pelo Informativo, a diretoria da Adusp solicita ao reitor Flávio Fava de Moraes a imediata suspensão dos processos de avaliação (em curso e programados); a ampla divulgação de todo o material pertinente à avaliação de cada departamento, especialmente do relatório original elaborado pelos avaliadores externos; e a discussão de todo o processo de avaliação, desde sua concepção até a sua implementação concreta.

Diretoria da Adusp-S.Sind.